

Pela vontade popular idéias de Bierrenbach teriam vez

21 OUT 1985

CORREIO BRAZILIENSE

EVELYN PENA
Da Editoria de Política

Se os cidadãos brasileiros autores das centenas de cartas, que chegam semanalmente ao Ministério da Justiça com sugestões para a Nova Constituição tivessem voz na comissão mista do Congresso que examina o projeto governamental de convocação da Constituinte, certamente, o deputado Flávio Bierrenbach, relator da comissão, não teria sido substituído. E mais. Provavelmente, veria aprovado seu substitutivo propondo um plebiscito para que o povo opte entre uma Constituinte autônoma ou um Congresso com poderes constituintes.

Dentre as sugestões da comunidade sobre a fórmula de convocação da Assembleia Constituinte e os temas que acredita devam ser objeto de análise dos constituintes — entre sérias e pitorescas — a maioria das idéias encaminhadas à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de iniciativa do Executivo, defende a eleição de delegados constituintes, exclusivamente com este fim, ou seja, são contra a delegação de poderes constituintes ao Congresso Nacional eleito em 1986. Neste sentido, a correspondência mais numerosa — 90 cartas endereçadas diretamente ao presidente Sarney — veio de Minas Gerais, com remetentes — indivíduos comuns ou entidades — os mais variados.

As propostas tratam dos mais diversos assuntos. Muitas exigem mudanças em leis ordinárias, no Código Civil, Penal, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou a extinção de leis como a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Greve.

O Movimento da Mulher pelo Estado de direito fez um pedido especial à Comissão Constituinte: o fim do direito do marido de revogar o contrato de trabalho de sua esposa e de anular seu casamento ao constatar que a mulher não é mais virgem.

A presidente do movimento, Maria Lúcia D'Avila Pizzolante, deenadora das alterações, prega a extinção do itemquarto do artigo 219 do Código Civil, segundo o qual, o marido tem o direito legal de anular o casamento, "por erro essencial de pessoa", caso constate que a mulher não é mais virgem. Ela quer também a retirada do artigo 446 da CLT que faculta ao homem, unilateralmente, o direito de extinguir o contrato de trabalho de sua mulher se o considerar inadequado à moral e aos bons costumes.

Em moção de repúdio enviada ao presidente Sarney, o Conselho dos Leigos da Diocese de Pelotas critica o artigo 1º da Emenda Constitucional do governo

enviada ao Legislativo transformando o Congresso em Assembleia Nacional Constituinte. A Sra. Lúcia Azevedo Gouveia, de São Paulo, solicita, por sua vez, ao Presidente, a convocação de uma constituinte "verdadeira e sem vícios anteriores" e um telex do Comitê Municipal Pró-Constituinte, de Criciúma, SC, pede uma reavaliação do projeto de convocação da Constituinte a fim de torná-la independente do Congresso Nacional.

Também neste sentido é a carta enviada pelo professor mineiro Mário Cunha onde afirma ser impossível que "deputados e senadores desempenhem suas atividades congressuais e ao mesmo tempo, ou em períodos distintos, participem, com eficiência, da elaboração da Nova Constituição. Prova disso, segundo ele, é que, atualmente, mesmo com os parlamentares trabalhando em tempo integral, existem centenas de projetos "encalhados" no Congresso.

Além disso, o professor qualifica de "biônicos" os vinte e três senadores, que deverão ser impostos por decreto à Assembleia Nacional Constituinte, por comporem a terça parte do Senado que não será renovada nas eleições de 1986. A estudante acreana Maria Amélia Aquino, também em carta enviada ao Ministério da Justiça, afirma que caso os parlamentares eleitos no próximo ano sejam constituintes, "fatalmente" irão legislar em causa própria, derrotando de antemão propostas como a de incluir na Constituição mandatos menores para deputados e senadores ou a alteração de seu sistema de remuneração.

Ela chama atenção, ainda, para a atual desproporção existente entre a representação dos deputados federais por Estado e o número de eleitores existentes. Segundo Amélia, o voto de um eleitor do Acre tem doze vezes o valor do voto de um eleitor de São Paulo, com população superior e mais politizada que a de seu Estado.

Uma Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo único de elaborar a Constituição brasileira, é também o que querem os índios brasileiros. Esta foi a mensagem que a União das Nações Indígenas (U-

NI), representadas por treze caciques, levou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, na semana passada, quando reivindicaram também a eleição de 10 delegados índios — dois por cada região geopolítica — à Assembleia Nacional Constituinte.

"Para que a futura Constituinte aproxime-se o mais possível da vontade popular", o Dr. Angelo Murgel Taveira médico reumatologista de Volta Redonda, preconiza a criação de um Conselho Municipal Constituinte em cada município brasileiro para elaborar propostas constitucionais a serem encaminhadas aos conselhos estaduais, incluindo aí o Distrito Federal. Dentro do mesmo espírito, a Câmara Municipal de Campinas sugere a convocação simultânea de assembleias estaduais e municipais constituintes, em caráter consultivo, precedendo à eleição da Assembleia Nacional Constituinte — esta em caráter deliberativo.

Os "gays" também se incluem entre os diversos segmentos da sociedade que querem influir na elaboração da Nova Constituição. "Preconceitos à parte", eles esperam ser ouvidos, "estimulados pela esperança de que a prática democrática estenda-se ao âmbito dos costumes". O grupo gay da Bahia — com nome registrado em cartório — enviou documento pleiteando "o direito à livre opção sexual dos cidadãos, bem como o amparo legal que possibilite detectar e extinguir a discriminação nas suas múltiplas faces".

A Sra. Mafalda de Jesus Garbethim, de Jundiá, São Paulo, quer que a Constituinte restaure a antiga disciplina nas escolas públicas. Queixa-se de que hoje os alunos praticam todo tipo de vandalismo: rabiscam, quebram, destroem. Ela propõe que a lei dê mais autoridade aos diretores, para que possam obrigar o aluno que quebrou uma cadeira, por exemplo, a pagá-la ou consertá-la.

A Constituinte deve assumir também "um compromisso concreto a favor da vida", afirmam os integrantes da Fraternidade Cristã de Doentes e Deficientes, em abaixo-assinado enviado ao presidente Sarney. Eles protestam pela não-inclusão na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de representantes dos doentes e deficientes físicos, que representam hoje 10% da população do País.

As sugestões enviadas incluem pontos como a dinamização da justiça, a reforma tributária e agrária, a redivisão territorial, a correção trimestral dos salários, a extinção do SNI, além da troca do Serviço Militar Obrigatório pelo Serviço Civil Obrigatório

ANC 88
Pasta 10/85-2
055/1985